

Caderno de Estudo e Revisão da LNGQE

Roteiro para leitura por pessoa sem formação jurídica

Lei Nacional de Garantia da Qualidade da Educação - LNGQE

Documento elaborado para estudo, revisão e debate público. Não substitui parecer jurídico, análise de constitucionalidade nem estimativa oficial de impacto orçamentário.

Como usar

Este caderno ajuda a transformar a leitura em decisões. Não é necessário dominar termos jurídicos. Para cada tema, marque o que você compreendeu, o que considera essencial e o que precisa ser confirmado por especialista.

1. Perguntas de visão geral

- ☐ A proposta reconhece suficientemente os avanços das redes que já funcionam bem?
- ☐ Está claro que a LNGQE estabelece piso e não teto?
- ☐ O texto complementa o SNE e o PNE ou ainda cria duplicidade?
- ☐ Os direitos dos estudantes estão equilibrados com garantias dos profissionais?
- ☐ A lei diferencia apoio, correção e punição?
- ☐ Os mecanismos parecem possíveis para Municípios pequenos e áreas rurais?
- ☐ A linguagem é compreensível para famílias e professores?

2. Matriz de revisão por capítulo

Capítulo	Manter	Alterar	Excluir	Observações
Finalidade e definições	☐	☐	☐	
Princípios	☐	☐	☐	
Trajetória educacional	☐	☐	☐	
Padrão nacional	☐	☐	☐	
Continuidade	☐	☐	☐	
Profissionais	☐	☐	☐	
Resposta a falhas	☐	☐	☐	
Indicadores e transparência	☐	☐	☐	
Participação	☐	☐	☐	
Governança	☐	☐	☐	
Financiamento	☐	☐	☐	
Inovação e avaliação	☐	☐	☐	
Disposições finais	☐	☐	☐	

3. Perguntas para professores

- A proposta protege contra culpa por problemas estruturais sem impedir avaliação séria?
- Quais condições de trabalho estão ausentes?
- O registro de planos e indicadores aumentaria excessivamente a burocracia?
- Como permitir documentação simples e útil?
- Quais situações exigem resposta imediata da secretaria?

4. Perguntas para famílias e estudantes

- É possível saber a quem recorrer quando falta transporte, professor, acessibilidade ou apoio?
- O canal de resposta seria simples?
- A família seria ouvida sem ser automaticamente culpada?
- Os dados divulgados preservariam privacidade?
- A escola teria meios para agir, ou apenas receberia novas cobranças?

5. Perguntas para gestores

- Quais dispositivos duplicam obrigações atuais?
- Quais padrões dependem de financiamento adicional?
- Quais dados já existem e quais exigiriam novo sistema?
- Como apoiar Municípios com baixa capacidade técnica?
- Quais prazos seriam realistas para urgência, correção e implantação estrutural?

6. Perguntas obrigatórias ao jurista

1. Qual é o veículo legislativo adequado: lei autônoma, alteração da LDB, alteração da LC do SNE ou combinação?
2. Há vício de iniciativa em algum dispositivo?
3. Quais artigos criam despesa obrigatória e exigem estimativa?
4. Como compatibilizar a proposta com competências dos entes?
5. Como alcançar escolas privadas sem excesso ou conflito regulatório?
6. Quais garantias de proteção de dados devem constar expressamente?
7. Como redigir mecanismos de controle sem criar judicialização excessiva?
8. Quais dispositivos deveriam ser princípios e quais podem ser direitos exigíveis imediatamente?

7. Registro livre

8. Checklist antes de publicar

☐ Revisão constitucional

- ☐ Revisão educacional/pedagógica
- ☐ Revisão financeira/orçamentária
- ☐ Revisão de proteção de dados
- ☐ Revisão de técnica legislativa
- ☐ Consulta a professores
- ☐ Consulta a gestores municipais e estaduais
- ☐ Consulta a famílias e estudantes
- ☐ Quadro comparativo com leis vigentes
- ☐ Resumo cidadão de até duas páginas